

A INCLUSÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES AMUCELEIRO/RS

*Beatris Gattermann
Leandra Boer Possa*

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de apresentar e contextualizar, sobre quais ideias e linhas estratégicas a inclusão escolar dos alunos público alvo da Educação Especial esta sendo proposta nos Planos Municipais de Educação (PME) dos municípios integrantes da Associação dos Municípios de Região Ceileiro do Rio Grande do Sul (AMUCELEIRO). Essa problematização emerge no Grupo GEPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusão da Universidade Federal da Santa Maria (UFSM), que desenvolve pesquisa intitulada ‘Políticas e Práticas em tempo de inclusão’, com o objetivo de analisar como os Sistemas Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (RS), tem encaminhado a concretização da escola inclusiva. Para problematizar e pensar este trabalho que foca em uma região específica do RS, tomamos como material de análise os dados do Censo Escolar 2014 e 2015 além dos PME da Região AMUCELEIRO/RS; para tal empreendimento utilizamos ferramenta conceitual/metodológica a noção de governamentalidade dos estudos foucautianos em educação, colocando em movimento questões como a responsabilização de todos e cada um para a constituição de um sistema educacional dirigido pelas metas dos Planos Educacionais como política de gestão da educação.

Palavras-chave: Inclusão; Planos Municipais de Educação; Governamentalidade.

O Plano Municipal de Educação é um documento que regulamenta, normatiza e define metas educacionais para um período de dez anos, nos município. Trata-se de uma exigência prevista na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Abrange não somente a Educação Infantil e Fundamental que são de responsabilidade das prefeituras, mas também estabelecem diretrizes e metas para o Ensino Médio, compondo a Educação Básica e Profissional, bem como o planejamento da Educação Superior nos municípios.

Na esteira dos planos de educação o PNE de 2001 (Lei nº 10.172) foi aprovado dentro do prazo previsto, mas as críticas a este estavam centradas na evidência de que faltaram trâmites efetivamente democráticos. O PNE de 2014 (Lei nº 13.005), tomando como partida a avaliação do anterior, construiu uma metodologia para a participação da comunidade educacional e civil o que foi possível pelo avanço de uma política de constituição e atuação dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais de Educação.

Depois de dois anos de Conferências Municipais e Estaduais, encontros de intensas lutas e disputas, a Conferência Nacional de Educação CONAE – 2014 aprovou e colocou em plena vigência o PNE 2014 que desencadeou, inicialmente, a [re]construção dos Planos

Estaduais e Municipais de Educação, assim como a criação dos Sistemas Municipais de Ensino.

Conforme Caderno de Orientações Plano Municipal de Educação 2014 “Os Planos Municipais (PMEs), da mesma maneira que devem ser coerentes com o PNE, também devem estar alinhados aos Planos Estaduais de Educação (PEEs) dos estados a que pertencem” (BRASILIA, 2014, p. 06). Isso remete para a ideia de constituição do Sistema Educacional Brasileiro que mesmo divididos entre federação, estados e municípios com sistemas próprios, precisam estabelecer articulação de gestão e de ações que levem em conta a política pública de educação; o financiamento; a execução de projetos; a articulação entre os sistemas e a colaboração técnica com instituição de pesquisa; o compromisso com a formação continuada dos docentes e com a organização curricular; a responsabilidade com relação a avaliação regulatória de desempenho; o compromisso social da escola em atender numa perspectiva inclusiva a diversidade humana e cultural; elementos esses que se colocam como referencia de qualidade da escola e dos sistemas.

Diante de tantas atribuições de gestão e metas de ação, neste artigo buscamos identificar um dos elementos que movimentam nossas pesquisas, o compromisso social e político dos sistemas Municipais de Educação com a perspectiva Inclusiva do público alvo da Educação Especial. E, para tanto, recortamos parte de uma pesquisa do Grupo de Estudo e de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão – GEPE, que tem como objetivo identificar e analisar como os sistemas municipais de educação do Estado do Rio Grande do Sul têm descrito, na produção e ou no documento final dos Planos Municipais de Educação a gestão da escola inclusiva. Consideramos ainda, como os Planos que promovem a ação dos Sistemas vêm direcionado metas de gestão para os processos de acesso, permanência e aprendizagem dos alunos, público alvo da Educação Especial, nomeados como incluídos.

Vamos nos ater neste artigo analítico a um agrupamento de municípios do Estado do RS que é nomeado pela Federação da Associação de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) como AMUCELEIRO – Associação dos Municípios Celeiros que recebe este nome pela intensa atividade na produção de grãos.

Num primeiro momento para o desenvolvimento analítico tomamos como referencia os dados do IBGE no que se refere à população, população em idade escolar e população público alvo da Educação Especial, estabelecendo uma relação com os dados do INEP – Censo Escolar no que se refere ao número de matrícula na Educação Básica dos municípios e o número de matrículas de aluno público alvo da Educação Especial incluídos nas escolas das

redes municipais da região do AMUCELEIRO. O gráfico abaixo apresenta esta região e nº populacional considerando um intervalo de 1000-5000 habitantes, 5.000- 10.000 habitantes e 10000-15000 e 15000-20.000 e 20.000 ou mais.

Tabela 1 - Dados municípios integrantes AMUCELEIRO

MUNICÍPIOS	HABITANTES	ALUNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
1. Barra do Guarita	3.216	354	05
2. Bom Progresso	2.311	538	02
3. Braga	3.735	331	05
4. Campo Novo	5 5.404	596	14
5. Chiapeta	4.100	Não consta	Não consta
6. Coronel Bicaco	7.885	710	16
7. Crissiumal	14.360	1.282	27
8. Derrubadas	3.199	456	12
9. Esperança do Sul	3.291	393	4
10. Humaitá	5.030	537	30
11. Inhacorá	2.324	398	17
12. Miraguaí	4.990	392	9
13. Redentora	10.845	782	15
14. Santo Augusto	14.365	1.226	65
15. São Martinho	5.868	416	20
16. São Valério do Sul	2.743	185	04
17. Sede Nova	3.078	336	17
18. Tenente Portela	14.075	1.183	18
19. Tiradentes do Sul	6.484	397	02
20. Três Passos	24.665	1.966	30
21. Vista Gaúcha	2.862	239	03

Dados GEPE¹

Esta Região situa-se no Noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina e com o Oeste do Estado de Santa Catarina e é composta por 21 municípios. Uma região eminentemente ligada à economia agrícola. Observa-se que são municípios de pequeno porte tanto em área territorial como em número populacional, somente 5 municípios tem mais de 10.000 habitantes, 5 tem entre 5.000 e 10.000 habitantes e 10 tem entre 2000 e 5.000 habitantes. Os municípios são de pequeno e de pequeníssimo porte populacional, o que por um lado, consideramos um elemento positivo para a implementação de políticas públicas servindo como laboratórios de desenvolvimento tendo em vista a pouca população, mas por outro lado, um aspecto negativo pode ser considerado, a estrutura necessária para a implementação de políticas que geralmente implica um alto nível de investimento, atingiria uma parcela pequena de pessoas.

Na Tabela 2 abaixo destacamos dados do Censo Escolar de 2014. É possível observar que o total de alunos atendidos público alvo da Educação Especial, em cada município é pequeno, considerando a estrutura necessária segundo a política nacional, quais sejam:

¹ Dados coletados em pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos em Pesquisas em Educação Especial e Inclusão da Universidade Federal da Santa Maria (UFSM), junto aos municípios.

profissionais especializados, salas multifuncionais, profissionais de apoio, inovação na organização pedagógica e demais particularidades.

No ano de 2014, de um total de 732 estudantes identificados com algum tipo de deficiência nos 21 municípios da região matriculados, destes 350 foram atendidos pela rede municipal de ensino.

Tabela 2 - Números da Educação Básica, CENSO Escolar 2014, dos municípios integrantes da AMUCELEIRO.

Município	Alunos Educação Básica (Estado e Município)	Alunos Sistema Municipal	Alunos Educação Especial Total	Público Alvo Município
1. Barra do Guarita	679	367	21	12
2. Bom Progresso	583	230	04	04
3. Braga	743	304	18	04
4. Campo Novo	1038	477	38	23
5. Chiapeta	746	394	12	11
6. Coronel Bicaco	1345	686	41	17
7. Crissiumal	2438	1220	86	25
8. Derrubadas	650	484	09	08
9. Esperança do Sul	595	414	05	04
10. Humaitá	887	525	35	29
11. Inhacorá	459	376	16	14
12. Miraguaí	1312	436	33	13
13. Redentora	2554	719	41	18
14. Santo Augusto	2493	1253	102	63
15. São Martinho	859	482	34	22
16. São Valério do Sul	725	138	12	10
17. Sede Nova	543	341	26	20
18. Tenente Portela	2863	1161	110	26
19. Tiradentes do Sul	1089	437	15	01
20. Três Passos	4100	2018	59	26
21. Vista Gaúcha	494	241	15	0
TOTAL	27.192	12.703	732	350

Fonte: Inep

A Portaria número 18, de 14 de janeiro de 2016, Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, o anexo I traz expressão de dados referente às matrículas na educação básica, no Ensino Regular das redes estaduais e municipais, e o total de matrículas nessas redes de ensino. Já o anexo II, desta portaria, trata das matrículas da Educação Especial em ambas as redes. Na Tabela 3 mais abaixo, são apresentados dados referentes às matrículas referente ao ano de 2015, o número de estudantes matriculados na educação básica de cada município, o número de matriculados na rede municipal de ensino. Também estão descritos nesta Tabela 3 o número de estudantes público alvo da Educação Especial do município com um todo, e aqueles que são atendidos pela rede municipal de ensino.

No ano de 2015 podemos identificar que dos 12.598 estudantes dos municípios integrantes da AMUCELEIRO, 359 são nomeados alunos público alvo da Educação Especial. O município de Santo Augusto é identificado como município com maior número de alunos

na educação inclusiva, tanto no total, como em alunos atendidos pela rede municipal de ensino.

O município de Bom Progresso, dentre os municípios da AMUCELEIRO, é identificado com menor número de alunos público alvo da Educação Especial, total de 03, todos atendidos pela rede municipal de ensino. Os municípios de Sede Nova com total de 09 alunos nomeados da inclusão e Vista Gaúcha, com um total de 18 alunos, em ambos somente 02 são atendidos pela rede municipal de ensino.

Tabela 3 - Números da Educação Básica, Censo Escolar 2015, municípios integrantes AMUCELEIRO.

Município	Alunos Educação Básica (Estado e Município)	Alunos Sistema Municipal	Alunos Educação Especial Total	Público Alvo Município
1. Barra do Guarita	679	367	18	11
2. Bom Progresso	583	230	03	03
3. Braga	743	304	19	05
4. Campo Novo	1038	477	37	23
5. Chiapeta	746	394	11	09
6. Coronel Bicaco	1345	686	38	15
7. Crissiumal	2438	1220	91	31
8. Derrubadas	650	484	09	09
9. Esperança do Sul	595	414	07	06
10. Humaitá	887	525	32	22
11. Inhacorá	459	376	19	16
12. Miraguá	1312	436	34	17
13. Redentora	2554	719	39	15
14. Santo Augusto	2493	1253	107	71
15. São Martinho	859	377	44	29
16. São Valério do Sul	725	138	09	02
17. Sede Nova	543	341	20	16
18. Tenente Portela	2863	1161	104	25
19. Tiradentes do Sul	1089	437	19	05
20. Três Passos	4100	2018	58	27
21. Vista Gaúcha	494	241	18	02
Total	27.195	12.598	736	359

Fonte: Inep/2015

Os dados demonstrados no Tabela 2 e Tabela 3 possibilitam fazer comparativos. Podemos identificar um pequeno crescimento no número de alunos de cada município do ano de 2014 para 2015, porém uma diminuição no número de alunos na rede municipal de ensino. Isso pode ser consequência de diversos fatores, entre eles, número de alunos que concluíram ensino fundamental ou médio ser maior que o número de alunos ingressantes na rede, migração de alunos da rede municipal para outras redes e não podemos descartar a possibilidade do fator evasão escolar que, por mais que são utilizados diversos mecanismos de controle, ainda ocorre.

Outro dado que gostaríamos de destacar é o crescimento do ano de 2014 para 2015 do número de alunos atendidos na rede municipal, que são identificados como público alvo da

Educação Especial. O número total de alunos da região aumentou em consequência, também, aumentou número de alunos da rede municipal. Não é um número expressivo, mas podemos perceber na região em estudo que em um número significativo de municípios, este índice aumentou tanto no total de alunos como daqueles que são atendidos pela rede municipal de ensino. No ano de 2014 eram 350 estudantes atendidos pelas escolas municipais, no ano de 2015 aumentou para 359. Esta ampliação pode ser analisada sob diferentes aspectos, dentre eles o ingresso de estudantes com deficiência na educação básica, o diagnóstico de estudantes que já estavam frequentando a escola, porém, agora identificado sua deficiência e enquadrado neste grupo. Cabe destacar também que mais de 50% dos estudantes dos municípios da AMUCELEIRO são atendidas por outras redes, que não a municipal.

Com estes dados quantitativos o segundo momento analítico tomou como referência a busca de dados nos sites dos municípios de informações que nos levassem a identificar como nos planos municipais de educação esta sendo pensada a inclusão escolar dos alunos público alvo da Educação Especial.

Constatamos que até data de treze de outubro de dois mil e quinze, dos vinte e um municípios membros da AMUCELEIRO, somente dez disponibilizam em suas páginas o PME atualizado, mais de 50% dos municípios ainda não haviam tornado acessível à população seus planos, ou ainda não os formulado. É importante considerar que os municípios tinham o prazo de 24 de junho de 2015 para estarem com os PMEs aprovados, conforme o manual de orientação nacional que consistia na elaboração do PME através da constituição de uma comissão especial responsável pela organização e direcionamento das ações, até a aprovação da lei municipal, passando por etapas de avaliação, diagnóstico e de consulta à população.

No caso do Plano Nacional de Educação ficou em três anos para análise e aprovação no Congresso Nacional, sendo aprovado em junho de 2014 e após sancionado pela Presidente da República. As demais esferas, estaduais e municipais puderam iniciar os trabalhos de construção dos seus planos a partir desta data, pois os planos municipais deveriam estar em consonância com o PNE e com os PEE, possuindo no prazo de praticamente um ano a responsabilidade de realizar todo este movimento. No Rio Grande do Sul o Plano Estadual de Educação foi aprovado em junho de 2015.

Para os municípios restou curto prazo para elaboração do PME, que anterior à elaboração do plano, com a lei de sistemas, tinha a incumbência de criar seu próprio Sistema Municipal de Educação. Todo este movimento faz sentido se pensarmos pelo viés da

governamentalidade, os documentos de orientação para construção do plano serviram como regulamentação para elaboração ao invés de se tornarem pano de fundo para pensar quais e de quem são os interesses que circulam com implementação desta política pública, ou ainda, de como estas políticas beneficiam os sujeitos onde serão implementadas. Com base em uma regulamentação nacional e estadual, ofertada pelo PNE e PEE, somadas ao pouco tempo de discussão nos municípios apontamos a possível rapidez para a discussão e confecção de planos municipais que pensem estas políticas a partir da regionalidade e da avaliação de suas próprias instituições e trabalhos realizados por elas.

O curto espaço de tempo possibilitado aos municípios torna-se praticamente inviável realizar grandes discussões, ou pensar sobre todas as metas e estratégias para compor um PME e, ainda, para no debate identificar outras possibilidades de implantação. O que pudemos ver com isso é que em grande parte dos planos acessados por nós estão circundados pela alternativa da reprodução dos PNE e PEE. Os planos municipais analisados nos apontam que seus textos repetem os guias e metas nacionais sem terem passado por uma avaliação e projeção da região ou da realidade dos municípios.

Parece-nos que o mais importante foi compor os PME num discurso que objetiva e subjetiva como um processo democrático, elaborado com a pretensa participação das comunidades locais que foram reunidas e que endossaram as metas, mas ao mesmo tempo se co-responsabilizaram com a execução delas. Nos parece que foi colocado em ação as estratégias de governamentalidade neoliberal, que para Possa e Naujorks tem como foco a

[...] captura da população, é possível identificar um governo sobre todos, um governo sobre cada um e um governo sobre si mesmo, como afirma Foucault (2010). Uma autorregulação, que se constitui a partir de um modelo moral de conduta, em que o indivíduo precisa estabelecer relação consigo mesmo para se constituir em um sujeito deste tempo, politicamente correto e adequado (2013, p. 325).

Analisando os manuais de orientações e as indicações de caminhos para construção do PME é possível identificar o fator de responsabilização de conduta para os microespaços. Na construção do plano toda comunidade é desafiada a participar, todos são responsáveis por colocar em prática, fiscalizar a execução, além de, responsabilizar cada vez mais o professor, o diretor, aluno, pais, pela educação, dividindo a reponsabilidade do estado, a responsabilidade dividida da esfera do Estado com a esfera municipal e com os sujeitos. Ainda, deslocando a responsabilidade do Estado para a população, “todos somos parceiros e corresponsáveis, juntamente com o Estado, pela inclusão, pela educação...” (VEIGA-NETO e LOPES, 2013, p.120). Observa-se um plano de governamentalidade de condutas efetiva e

produtiva que se caracteriza pela lógica da economia de governo, colocando a população como meta para fazer acontecer a educação nos microespaços. Essa característica de menos governo para autogoverno das comunidades e dos sujeitos é um elemento que pode ser identificado nos documentos complementares dos planos municipais de educação analisados, pois em todos eles foram colocados em jogo as estratégias da participação da comunidade em seu planejamento.

Podemos entender a governamentalidade como:

[...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2010a, p. 303).

É nesta perspectiva que o discurso da inclusão produz efeitos capturando e subjetivando a todos, neste caso os professores e envolvidos na elaboração do PME passaram a consumir a ideia de inclusão empreendendo esforços para colocar em funcionamento a inclusão numa racionalidade neoliberal.

Em todos os PME há um espaço destinado especificamente para tratar da inclusão de alunos público alvo da Educação Especial. De forma geral, é possível observar que seguem o mesmo discurso do Plano Nacional e da legislação vigente, é quase unanimidade que a inclusão é possível na escola regular, com a organização do Atendimento Educacional Especializado - AEE no contraturno, parceria com Escolas Especiais – APAE, apoio de profissionais da área da saúde e formação continuada de professores.

Em todos os PME é possível encontrar a expressão “oferecer educação de qualidade para todos”, uma prática discursiva comum que trata de atingir a todos ao estilo do que a décadas tem denunciado: “A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização.” (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 161). Observa-se que a lógica está em exercer sobre a população que frequenta a escola “uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos subordinação, a docilidade, a atenção nos estudos e nos exercícios [...] Para que todos se pareçam”(FOUCAULT, 2011, p.175).

Nos PME assim como no Plano Nacional de Educação a meta 4 trata especificamente da educação especial/inclusiva, descrita nas orientações como meta que faz parte de um “grupo que diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da

diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade” (BRASIL, 2014, p. 25). A meta abrange:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 25).

Dentre as estratégias propostas pelos municípios em seus PME para atingir meta 4 é possível observar que todos mencionam: proporcionar formação de professores, assegurar acesso, permanência e qualidade no atendimento dos alunos com deficiência, garantir AEE, garantir infraestrutura acessível, contratação de profissionais com formação em educação especial, implantação salas de recursos multifuncionais, garantir a oferta de educação inclusiva.

Salientamos a estratégia que se refere a formação de professores para a inclusão. É notável os investimentos tanto do estado como dos próprios professores para que esta estratégia se efetive, através de cursos, especializações, formação continuada, ditando o modo de dizer da inclusão. A partir disso o discurso que passa a ser difundido é o de que o professor está preparado para a chamada inclusão de todos, tendo condições de pensar, por exemplo, nos PMEs, como colocar em prática esta política, acatando a mesma como única possibilidade para a inclusão. Como garantia de que a política será efetivada da forma como o sistema neoliberal deseja, encontramos uma rede de discurso em torno da inclusão na legislação, em manuais de orientação, no próprio documento que orienta a elaboração do PME, conduzindo a maneira de pensar os planos, isto em todos os aspectos e também no que tange a inclusão.

Tem um sentido estas estratégias acima citadas estarem em praticamente todos os planos: estabelecer garantias para que cada um possa ser atingido de alguma forma pelo discurso da inclusão e da qualidade. A grande maioria dos envolvidos na elaboração do PME teve sua formação baseada em um discurso com verdades únicas, sem desconfiar destas certezas historicamente difundidas. Todos e cada um estão subjetivados pelo discurso dos órgãos reguladores, da legislação vigente, tomando as posições do sistema de forma natural, mobilizando-se para aceitá-las e se co-responsabilizarem com as metas organizadas nos PMEs.

Em grande número dos PME consultados outra ideia que emerge é de que os municípios “possuem autonomia”, através da construção coletiva e autônoma, este discurso

produz alguns resultados, segundo Menezes (2011, p. 149) o professor “[...] experimenta a sensação de liberdade para fazer suas escolhas”, porém no caso dos PMEs uma liberdade regulada, determinada.

Esta sensação de autonomia torna-se mais potente com o investimento do Estado na criação da lei de sistemas, cada município possui o seu Sistema Municipal de Educação (alguns municípios ainda em fase de implantação), formado por agrupamento de escolas do município. Este sistema, através dos planos, normatiza orientações, regulamenta ações educacionais. Cabe ressaltar que é estratégia da palavra autonomia, a vigilância, fiscalização constante, sobre si, sobre o outro e sobre a educação no município, que sustenta e cria modos de atuação o que também amplia a rede de controle e vigilância, pois poderão ser controlados e vigiados por qualquer um da comunidade.

Para além destas questões já mencionadas, outra expressão que consta nos planos dos municípios e merece ser problematizada. O PME como uma “política educacional que perpassa plano de governo”. Este discurso que compõe a lei de sistemas eleva os PMEs de uma política de governo/política partidária, para uma política do município que pode ser controlada por qualquer munícipe, este se tornando co-responsável pela sua aplicação.

Esse modo de condução da co-responsabilidade não é isento e, por isso vários autores dos estudos foucautianos identificam como os órgãos como UNESCO, Banco Mundial tem produzido estratégias para a efetivação das políticas públicas educacionais em um sistema neoliberal no sentido de apontar como essas políticas precisam ser conduzidas. Os sujeitos são produzidos pelos discursos, conduzidos por um sistema, mas nem por isso precisam se tornar ingênuos reproduzindo e aceitando naturalmente, sem pensar, sem mobilizar-se, sem questionar o regime de verdade que alimenta este sistema.

Todos PMEs consultados na região da AMUCELEIRO tem características muito próximas, é possível observar que há um caminho já traçado pelo qual os municípios conduziram a elaboração. Os municípios tiveram dificuldades de fugir das amarras já feitas nos pareceres orientadores a nível nacional.

Não poderia deixar de citar passagem de um dos planos municipais, que ganha destaque por colocar em tensionamento esta verdade, de que a escola precisa se organizar, precisa encontrar um jeito, para incluir todos independente da deficiência:

Continuar incentivando e proporcionando a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Caso a inclusão no ensino regular não seja possível, em função de necessidades específicas do educando, após diagnóstico de profissionais especializados, garantir o atendimento em escolas especiais (SMECD TENENTE PORTELA, 2015, p. 120).

Talvez esta expressão esteja traduzindo aquilo que na prática tem ocorrido na escola, colocar em movimento o pensamento, com intuito de pensar outra coisa, a partir daquilo que nos é colocado, pensar diferente do que sempre se pensou. Esta expressão pode ser caracterizada como linha de fuga, que de certa forma, provoca desconforto ao sistema, demonstrando que podem ter outras formas de operar neste lugar.

Ficam as indagações, como maioria dos professores, comunidade participante na construção do PMEs olhou para a meta 4? Como este discurso da inclusão tem se projetado pelos sujeitos nos PMEs? Distanciando-se das verdades únicas, tão difundidas no campo da educação, é possível olhar para os objetivos da meta 4 e problematizar alguns termos, como “redução da desigualdade e valorização da diversidade como caminho para a equidade”.

Muitos outros fragmentos dos PME poderiam ser trazidos para problematização, porém a ideia é provocar pequenas rachaduras, provocar reflexão e desconforto no que esta posto, para provocar pensar e incitar a produção de outra coisa, outros modos de se conduzir nas formulações das políticas públicas. Não sabemos os outros modos, mas já sabemos de um deles, qual seja: não podemos naturalizar...

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações**. Brasília, 2014. Disponível em:<http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2015.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf Acesso em 12 de out. de 2015.

BRASIL. Portaria nº18, de 14 de janeiro de 2016. Dados Censo Escolar 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 11, 18 jan. 2016. Seção, p. 13-680. Disponível em: <http://portal.imprensa nacional.gov.br/>. Acesso em 26 abril 2016.

FOUCAULT, Michael. **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010a.

_____. **A história da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resultados Finais do Censo Escolar 2014**. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 26 abril 2016.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. São Leopoldo: UNISINOS, 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. IN: Revista Brasileira de Educação. n. 23, mai/jun/jul/ago, 2003.

POSSA, Leandra B.; NAUJORKS, Maria I. **Efeitos da racionalidade Neoliberal nos discursos sobre inclusão: o silêncio docente**. Educação, v. 38, n. 2, maio/ago. 2013. p. 319-328.

RÍOS, Guilherme. A captura da diferença nos espaços escolares: um olhar deleuziano. IN: **Revista Educação e Realidade**. Vol. 27, n.2, jul/dez 2002. Porto Alegre; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. P. 111 – 122.

ROMERO, Ana Paula Hamerski; NOMA, Amélia Kimiko. **A Educação para Todos e a Inclusão Escolar: O que propõem as Agências Internacionais?** Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem09pdf/sm09ss04_02.pdf. Acesso em 18 de set. de 2015.

TENENTE PORTELA. Secretaria da Educação. **Plano Municipal de Educação de Tenente Portela RS: SMECD, 2015**.

VEIGA-NETO, Alfredo e CORCINI, Maura L. Rebatimentos: a inclusão como dominação do outro pelo mesmo. IN: MUCHAIL, Salma; FONSECA, Márcio A.; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). **O mesmo e o outro: 50 anos de História da Loucura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P. 103-123.

VEIGA NETO, Alfredo; LOPES Maura. **inclusão, exclusão, in/exclusão**. IN: Revista Verve. n.20, 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886/11118>. Acesso em 12 de out. de 2015.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.